

AS CURVAS DA BARBÁRIE: A ATUALIDADE DO MASSACRE DE ELDORADO DOS CARAJÁS

Jerônimo da Silva e Silva*

Há exatos 24 anos, no entardecer do dia 17 de abril de 1996, rodovia PA-150, entre Marabá e Eldorado dos Carajás, aproximadamente 1.500 famílias de trabalhadores rurais que se deslocavam em marcha para Belém foram encurraladas pelo batalhão da Polícia Militar com 85 homens vindo de Marabá e 68 homens do quartel de Parauapebas. Enquanto aguardavam na “Curva do S” o cumprimento da promessa do governo estadual acerca da liberação de ônibus para os conduzirem à capital do estado, agentes de segurança pública sem identificação em seus uniformes e sem o registro de armas e munição requerido para ações oficiais deram início ao conhecido “Massacre de Eldorado dos Carajás”.

As pessoas presentes na “Curva do S” foram cercadas, impedidas pelos dois batalhões de se evadirem após os primeiros tiros e bombas de gás lacrimogênio, tornando-se alvo fácil para sujeição policial seguida de tortura e execução. Os relatos dos sobreviventes, o laudo médico e a perícia do Laboratório de Fonética Forense e Processamento de Imagens da Unicamp permitiram reconstruir o seguinte enredo: a maioria dos trabalhadores mortos foram assassinados à queima-roupa e os demais, após serem dominados fisicamente, foram espancados, mutilados com arma branca e executados a tiros, os testemunhos dão conta de que enquanto desferiam chutes, golpes de foice, facão, porrete e outros instrumentos perfurantes, os policiais agrediam verbalmente os torturados, bem como gritavam entre si palavras de estímulo e encorajamento.

Se a linguagem odiosa dos policiais estava explicitamente inscrita nos corpos dos sem-terra por meio de corpos arroxeados, cortes profundos, ossos expostos, esmagamento de crânio e perfurações das mais diversas formas e ângulos, não podemos cair na tentação de afirmar que o episódio foi o simples resultado de uma ordem de desobstrução de estrada que “saiu do controle” pelas autoridades locais ou de um roubo violento resultado de um frenesi macabro e sim pelo fato de que as violências perpetradas são a expressão exata e contínua dos interesses e da mentalidade de setores da sociedade paraense e poderes políticos.

A identificação política do governo estadual com as elites locais e destas com os órgãos de segurança pública, que além de permitirem o fornecimento de transporte, armas e munições contra os trabalhadores rurais, também dão conta de que dias antes do massacre, em reunião com representantes de sindicatos, associações e federações de latifundiários da região, fosse confeccionada uma lista com 19 nomes das lideranças tidas

por eles como perigosas, quer dizer, cujos nomes deveriam constar na famigerada “lista dos marcados para morrer”.¹

Não escrevo para repisar os elementos que usualmente são requeridos para explicar o contexto da violência praticada, e sim para refletir sobre como o massacre foi percebido a partir do impacto da insídia na “Curva do S” mediante as vozes das testemunhas e quais elementos das experiências de luta guardam paralelo com as atuais curvas da barbárie que se desenham no horizonte dos movimentos sociais dos povos do campo em nossa região.

“Pós-massacre, no primeiro momento se o movimento não fosse nacional nós tínhamos desistido, porque é uma experiência que ninguém quer, como lidar com 19 mortos de uma vez? Como olhar pro chão que é só sangue? Com as cidades de Curionópolis e Eldorado no escuro, desligaram os padrões de energia tudo, como tu vai no hospital e olha todo o pessoal no escuro chorando desesperado? Marabá, como tu recebe no IML pessoas mortas em cima de um caminhão? Ainda bem que essa sociedade foi solidária, essa universidade aqui também foi muito solidária, todas as entidades assumiram o cuidado dos corpos [...] nós não tínhamos condição alguma de assumir as coisas aqui, em Parauapebas [...] as entidades acompanharam a chegada dos mortos em Eldorado, foi a coisa mais triste do mundo... Foi um momento desesperador [...] desde a hora que aconteceu a gente não dormia, era na rotina, 24 horas no ar”²

Recuperando memórias desde 1995 para garantir a construção de novos acampamentos até a concepção da marcha em 1996 para dialogar com superintendência do INCRA, Isabel Rodrigues reflete sobre como a cansativa negociação com setores do governo do estado era já a estratégia do massacre em curso. As quatro interrogações enunciadas acima pela narradora expressam, num tipo de eixo transversal, o desespero em lidar com os corpos dos mortos, com os seus indícios que “empapavam” de sangue a estrada, os corpos dos feridos na escuridão do hospital e a autópsia dos mortos no IML de Marabá.

O pós-massacre não foi uma tentativa de esconder corpos de mortos e o ferimento dos sobreviventes, como em geral ocorre em chacinas, mas sim de fazê-los entrar em peregrinação forçada, colocá-los num tipo de marcha ininterrupta, não por acaso o “cuidado com os corpos” foi o grande desafio para as lideranças sobreviventes. Para Isabel, enquanto via o desespero dos parentes e amigos com a chegada dos trabalhadores assassinados no município de Eldorado, fora revestida de uma sensação de irrealidade, como se tudo aquilo não fosse possível, um sentimento de delírio, parecendo não

¹ PROCESSO - *Ação Penal número 786/96* - Comarca de Curionópolis. Autor: Justiça Pública. Réus: Cel. P. M. Mário Colares Pantoja e outros; RELATÓRIO - *Fórum de Entidades Nacionais de Direitos Humanos* (1998-2000); NEPOMUCENO, Eric. *O massacre: Eldorado dos Carajás: uma história de impunidade*. São Paulo: Editora Planeta do Brasil, 2007.

² ISABEL, Rodrigues Lopes Filha, *Entrevista Oral* [gravada] realizada por Ana Crys Delgado da Silva; Idelma Santiago da Silva; Jerônimo da Silva e Silva; Kezia Vieira de Sousa Farias. Transcrita por Ana Crys Delgado. Marabá-PA, 07 de dezembro de 2017. 2h54min.

conseguir acreditar, primeiro, como “o latifúndio é covarde” e depois na sensação de que estes “matam sem medo”.

Não é possível entender a covardia do latifúndio sem considerá-la na sua nervura exposta, que é especificamente a matança realizada através de emboscadas, na escuridão e sem a possibilidade de defesa, tanto da vítima imediata, como na certeza da impunidade, por isso a ausência de medo. Em concordância com essa perspectiva, Maria Raimunda alega que apenas nos dias subsequentes “a ficha foi caindo” lentamente em relação a todo o planejamento do massacre:

“Eu fique sabendo do massacre no final da tarde do dia 17 de abril, à noite, a imprensa divulgando, não conhecia muita gente e depois a gente conseguiu se organizar, a gente tinha uma equipe de professores que faziam acompanhamento pedagógico [...] nos reuníamos na SEMED pra formação e no dia 18 de abril quando a gente chega lá tem as informações que os corpos estão no Instituto Médico Legal de Marabá, e imediatamente nos organizamos em uma vigília, pois tinha ameaça de que o Estado queria ocultar corpos [...] na realidade aqui na região existiram outras chacinas violentas também, mas o massacre foi a junção de fatores, primeiro, ter sido numa pista pública com 19 mortos no meio de quase três mil pessoas, - massacre na pista - ajudou a não ficar na invisibilidade. Segundo, a denúncia imediata, da publicidade e quando tem imagem da mídia logo vem o choque; outro fator é que as pessoas não pararam de lutar e endossaram denúncias no mundo inteiro, então tem processo de luta crescente [...] o latifúndio é muito ousado; é uma celebração da arte de matar, começam matança aos poucos, vão tirando parte da vida da gente”³

A reflexão sobre os acontecimentos pós-massacre denota justamente que entre o cuidado com o destino dos corpos dos mortos e o apoio dado aos mais de 60 feridos e mutilados coabitava a necessidade de os sobreviventes tentarem compreender a tragédia que se abatera sobre eles. Para alguns narradores, até mesmo a geografia da “Curva do S” foi favorável para a montagem do cerco policial, protegendo os flancos dos policiais e dificultando a visibilidade de pessoas que estavam em veículos aguardando desobstrução da pista.

A “celebração da arte de matar” praticada pelo latifúndio é descrita dessa forma para dar conta dos rituais de “consórcio” ou “coleta” para escolher quem irá constar na “lista da morte”. Não raro são os relatos da realização de grandes banquetes em fazendas para listar os que devem morrer, a escolha de intermediários, pistoleiros, formas de pagamento, plano de fuga, proteção policial, aliciamento de setores do judiciário e cobertura da mídia local para entenebrecer o impacto da violência. A “ousadia do latifúndio” lembrada acima é justamente para frisar a ausência de escrúpulos, não apenas desse setor, mas da teia que perpassa os mais sutis agentes públicos e privados.

³ MARIA RAIMUNDA Sousa. *Entrevista Oral* [gravada] realizada por Ana Crys Delgado da Silva; Jerônimo da Silva e Silva; Kezia Vieira de Sousa Farias. Transcrita por Ana Crys Delgado. Marabá-PA, 24 de maio de 2017. 2h54min.

Os banquetes para escolher as suas vítimas era o início de um ciclo que deveria se fechar com o banquete realizado após a “realização do serviço”, regado a cachaça, tiros à esmo e fogos de artifício. Ao relembrar os boatos acerca de como os fazendeiros locais festejavam sucessivamente a morte e a tentativa de extinguir o MST na região, a professora Maria da Conceição Carneiro Ferraz, conhecida como Concita, alega que conviviam diariamente, desde o dia 17 de abril até a missa de 7º dia, com o barulho dos fogos de artifício advindos das fazendas e notícias de júbilo de setores apoiadores dos grandes proprietários de terra.

“Eu não tive medo mais revolta, muita revolta porque, assim, no acampamento onde a gente estava, se comunicava através de fogos, e era tarde da madrugada quanto tocavam fogos no lugar da escola onde era assembleia, então quando a gente chegou lá falaram que tinham matado nossos companheiros, de manhã fomos de caçamba e passamos o dia e noite; muito triste quando os corpos chegaram no caixão com as mães desmaiadas, deu muita revolta. A gente viu os filhos enterrando um monte de caixão [...] e a gente não imaginava que iam fazer isso porque muitos estavam felizes pegando rancho e dançando, era uma coisa que ninguém esperava [...] na verdade nessa época do massacre foi uma tragédia”⁴

Concita compreende que “o ataque da Curva do S” foi uma situação imprevisível na época porque o MST estava conseguindo roupas e alimentação, de forma que a recordação festiva que muitos acampados estampavam em seus rostos com a aquisição de alimento, contrastou com a interrupção do sono dos acampados que não estavam na “Curva do S” ao serem subitamente noticiados sobre o ocorrido com seus amigos e familiares. A memória festiva do alegre banquete dos acampados e sua sobreposição à imagem desoladora da chegada dos mortos no velório são interpretados atualmente pela narradora como uma das mais duras lições da “pedagogia da luta”, posto que “mesmo quando a classe trabalhadora tem conquistas, a vigilância tem que ser redobrada”.

A rememoração do 17 de abril deve ser, segundo Concita, uma mistura de alegria e luto, banquete da vida versus banquete da morte, pois remonta, de um lado, a lembrança daqueles que lutaram, por outro exige dos sobreviventes lutar permanentemente para que outros massacres sejam evitados. Nessa teia de resistências e lutas para descrever o processo de superação do “estado de choque” que acomete as vítimas da barbárie, a professora Deusamar Sales nos transporta para o interior daquela madrugada. Ei-la:

“No primeiro momento foi o choque, foi o estado de choque, por que quem não estava lá dentro, quem não sofreu diretamente a represália do massacre, estava aqui fora e teve que assumir toda a carga que tinha, todas as delegações que vinha do Brasil e do mundo para cá [...] No primeiro momento todos nós ficamos muito abalados emocionalmente sim, tinha que ficar de pé, tinha, por que tinha que conduzir as coisas. Ficamos a noite inteirinha no escuro, era o único telefone que a gente tinha na época. Na época tinha um dos

⁴ Maria da Conceição Carneiro Ferraz. In SILVA, Jerônimo da S. *Memória Social e Luta pela Terra: A renovação do conteúdo escolar a partir das memórias das lutas pela terra no assentamento Palmares II*. Programa Institucional de Bolsa de Extensão (PROEX). Marabá: Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará, 2016-2017.

(colaboradores) da Pastoral, aí nós ficamos a noite inteirinha atendendo o telefone e passando informação para a Secretaria Nacional e daí pro mundo inteiro. E a gente estava no escuro e ficava ouvindo toda movimentação na delegacia, por que ficava quase na esquina. E a gente tinha medo de eles perceberem que a gente estava ali e ir lá nos matar [...] e aí a gente ficava a noite inteirinha descalço pra não fazer barulho, no assoalho, que era de madeira, né? Com as luzes tudo apagada, nós ficamos a noite inteira no escuro [...] telefone tocava nós tirava logo do gancho, e falando baixinho... do dia 17 para o dia 18”.⁵

O primeiro ato de resistência que se impôs ao MST para enfrentar a barbárie do Massacre de Eldorado dos Carajás foi a urgência em reconstruir a narrativa em sua própria perspectiva, esse tear narrativo era condição imediata para a recuperação dos corpos dos 19 trabalhadores. O diálogo quase subterrâneo realizado próximo à delegacia pelas militantes do MST de Marabá informando o ocorrido às instituições de defesa dos direitos humanos e ao setor de comunicação do MST, situados em outras partes do Brasil, consistia numa ação simultânea de denúncia e recomposição da violência perpetrada.

Nesse sentido, combater as curvas da barbárie exige maestria na arte de narrar na escuridão, de cultivar nesse ofício o criativo potencial revolucionário para (re) construir cenários que se antecipem às práticas bárbaras que emergem no presente. Igualmente, perceber a atualidade do Massacre de Eldorado dos Carajás significa entender que as mesmas estruturas políticas de desestruturação da vida não apenas persistem no presente, mas são extremamente criativas para redesenhar novas possibilidades de violência, pois a “arte de matar”, mencionada por Maria Raimunda, desnuda outras curvas da barbárie que desafiam o horizonte da justiça social.

Hoje, 17 de abril de 2020, somos confrontados com a tarefa permanente de manusear as experiências dos testemunhos, tanto no sentido de honrar a vida daqueles que tombaram como entrelaçá-los à compreensão de nossas práticas políticas emergentes. Ora, como enfrentar a escuridão sombria que recobriu as cidades de Eldorado e Marabá naquele dia? Quais sentidos são capazes de imobilizar o ecoar dos fogos que comemoravam a morte dos sem-terra nas fazendas? Essas interrogações aconchegam respostas no próprio papel revolucionário que se infiltra no ato de *lutar e narrar*: foi através da escuridão mortífera que se insurgiu a coragem e inspiração de Deusamar para narrar os acontecimentos; igualmente, os fogos de vibração do latifúndio que aterrorizavam os sobreviventes no passado, hoje, e pelo jogo mesmo da resistência, são evocados em todos assentamentos e acampamentos da região para rememorar e fortalecer a luta pela terra!

É importante destacar que desde a democratização de nosso país, pela primeira vez os movimentos sociais e outras iniciativas igualmente democráticas da vida política não podem ser exercidas de acordo com as manifestações convencionais de reivindicação. Entremeados pelo atual contexto histórico, não podemos negar que a memória da “Curva

⁵ Deusamar Sales Matos. In SILVA, Jerônimo da S. *Memória Social e Luta pela Terra: A renovação do conteúdo escolar a partir das memórias das lutas pela terra no assentamento Palmares II*. Programa Institucional de Bolsa de Extensão (PROEX). Marabá: Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará, 2016-2017.

do S” anuncia e nos reporta ao impacto dos efeitos da covid-19, pois, afinal de contas, a ineficácia do governo brasileiro em obter o dito “achatamento da curva” nos remete, não a uma comparação grosseira entre a “Curva do S” e a “Curva da covid-19”, mas sim a transfiguração das condições monstruosas que permitiram na época e permitem, hoje, a generalização da barbárie! Alguém pode negar que as comunidades e pessoas mais atingidas com a pandemia no sul e sudeste do Pará não seriam os povos do campo? Cientes dos requintes de crueldade que foram mobilizados para o massacre do 17 de abril de 1996, poderíamos ignorar que este momento atual não está sendo visto como uma oportunidade para esses grupos avançarem furiosamente sobre os direitos e territórios de camponeses, indígenas e quilombolas, dentre outros?

O curso perigoso e incerto – semelhante a uma curva na estrada – que visibilizamos não é uma previsão determinista, mas um sinal de alerta para que possamos, pelo jogo mesmo do perigo e das ameaças, construir estratégias de ação política. Desse modo, não seria interessante a participação de representante dessa diversidade no Comitê de Enfrentamento ao covid-19 em alguns municípios [Marabá, Parauapebas, por exemplo], ao invés de permitirmos que comerciantes e industriais monopolizem assento nessas instâncias? Esse espaço significa, para além do acompanhamento dos casos, a possibilidade de mapear as pressões econômicas e políticas na região, as dobras de articulação entre judiciário e legislativo, a possibilidade de expor diretamente as necessidades objetivas de setores sociais geralmente esquecidos pelo poder público, bem como disputar no campo discursivo a narrativa dos acontecimentos.

As experiências acumuladas com os povos do sul e sudeste do Pará por meio da Faculdade de Educação do Campo e seu lastro histórico de combate e denúncia contra as famigeradas desigualdades sociais nos impõe o dever de externalizar a relevância política das pesquisas desenvolvidas, arrancando-nos dos ditos “gabinetes” universitários e das publicações acadêmicas tradicionais para o desconfortável chamamento ético. Seguindo as trilhas das narradoras aqui evocadas, almejamos ter a coragem para adentrar na escuridão e romper o pavoroso ciclo das curvas da barbárie.

*Antropólogo. Coordenador do Núcleo de Ações Afirmativas, Diversidade e Equidade (NUADE). Docente na Faculdade de Educação do Campo (FECAMPO/ICH), no Programa de Pós-Graduação em Dinâmicas Territoriais e Sociedade na Amazônia (PDTSA), Programa de Pós-Graduação em História (PPGHIST) e Programa de Pós-Graduação Profissional em Educação Escolar Indígena (UEPA/UNIFESSPA/UFPA/UFOPA). Líder do Grupo de pesquisa LEBARA: Religião & Sociedade (CNPq/UNIFESSPA). Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará. Contato: prof-jeronimo@hotmail.com